



**APSS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SETÚBAL E SESIMBRA, S.A.**

**AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS**

**“Brindes Promocionais do Porto de Setúbal”**

**Procedimento de contratação ref.ª P48/2024 – S 937/2024**

**CONVITE**

## **ÍNDICE GERAL DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO**

Convite, incluindo:

Anexo I – Modelo de declaração de aceitação do caderno de encargos

Anexo II – Modelo de proposta

Anexo III - Modelo da declaração de habilitação

Caderno de Encargos, incluindo Especificações Técnicas.

**APSS - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SETÚBAL E SESIMBRA, S.A.**

**1. OBJETO**

O presente procedimento de contratação, de Ajuste Direto, através de plataforma eletrónica de contratação, segue as regras indicadas no presente Convite e tem por objeto a celebração de contrato com a designação “Brindes Promocionais do Porto de Setúbal” e a referência P48/2024 – S 937/2024 nos termos e condições previstos no Caderno de Encargos.

**2. ENTIDADE ADJUDICANTE E ENTIDADE CONVIDADA**

2.1. A Entidade Adjudicante é a empresa pública com poderes de autoridade portuária APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., abreviadamente designada por APSS, S.A., número de identificação de pessoa coletiva 502 256 869, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:

Plataforma Eletrónica de Contratação: <https://www.acingov.pt>

Sede: Praça da República, s/n, 2904-508 Setúbal

Telefone: +351 265 542 000

Correio eletrónico: [apss-plataforma@portodesetubal.pt](mailto:apss-plataforma@portodesetubal.pt)

2.2. A decisão de contratar e a decisão de autorização da despesa foram tomadas pela deliberação nº 518/2024, do órgão competente para a decisão de contratar, o Conselho de Administração da Entidade Adjudicante (doravante “Órgão Competente”), de 05/12/2024, que igualmente aprovou as peças deste procedimento.

2.3. O fundamento da escolha do procedimento de ajuste direto é a ausência da disponibilidade de recursos humanos e técnicos na Entidade Adjudicante que permitam suprir a necessidade explicitada no Caderno de Encargos, por se considerar que a Entidade Convidada tem capacidade para suprir essa necessidade através do fornecimento de bens móveis previsto no Caderno de Encargos e o facto do valor do contrato, fixado atendendo aos preços unitários estimados, ser inferior a 20.000€ pelo que pode ser adotado este

tipo de procedimento pré-contratual segundo o disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos.

- 2.4. O presente procedimento é conduzido pelos serviços da Entidade Adjudicante, designadamente pelos seus serviços, a quem cabe apreciar a proposta, pedir esclarecimentos sobre a mesma e elaborar o projeto da decisão de adjudicação, bem como praticar os atos e realizar as diligências relacionadas com essas competências, salvo a retificação das peças do procedimento, a decisão sobre erros ou omissões identificadas pelo interessado e a decisão de adjudicação, que cabem ao Órgão Competente.
- 2.5. A Entidade Convidada não pode para concorrer encontrar-se em nenhuma das situações referidas no art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos, sob pena de caducidade da adjudicação, nem pode sob pena de invalidade encontrar-se em nenhuma das situações referidas no n.º 2 e seguintes do art.º 9.º da **Lei n.º 52/2019**, de 31 de julho, na sua redação aplicável, designadamente da Lei n.º 26/2024, de 20 de fevereiro, (referente a titulares de cargos políticos e altos cargos públicos ou seus familiares ou sociedades por si ou por familiar detidas ou geridas), devendo atestar o indicado nos termos indicados neste Convite.
- 2.6. A Entidade Convidada não pode apresentar proposta integrada num agrupamento de concorrentes, podendo recorrer a subcontratados apenas nos termos previstos no Caderno de Encargos e neste Convite.

### **3. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

- 3.1. As peças deste procedimento, que devem ser respeitadas pela Entidade Convidada sob pena de exclusão da sua proposta, são o presente Convite e o Caderno de Encargos.
- 3.2. O caderno de encargos é a peça do procedimento que contém as cláusulas a incluir no contrato a celebrar.
- 3.3. O Convite e o Caderno de Encargos são constituídos pelos artigos e cláusulas constantes dos documentos referidos no índice geral e respetivos anexos.
- 3.4. Sem prejuízo de se encontrarem disponíveis para consulta em suporte papel nas instalações da Entidade Adjudicante, a Entidade Convidada pode descarregar gratuitamente as peças deste procedimento a partir da Plataforma Eletrónica de Contratação utilizada pela Entidade Adjudicante, de acordo com as indicações nela constantes, devendo ainda enviar através desta plataforma todas as comunicações e demais documentos deste procedimento de contratação como indicado no art.º 9.º deste Convite.

3.5. Durante o prazo fixado para a entrega da proposta, a Entidade Convidada pode solicitar com a antecedência mínima de **2 (dois) dias**, a inspeção ao local da entrega dos bens e realizar neles os reconhecimentos e estudos que entender indispensáveis à elaboração da sua proposta, sendo, salvo se a Entidade Adjudicante considerar desnecessário, acompanhada por um elemento por esta designado, não podendo em qualquer caso a Entidade Convidada invocar a ausência da referida inspeção ou o modo como decorreu para condicionar a sua proposta.

#### **4. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

4.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a Entidade Convidada pode solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, podendo, ainda, apresentar pedidos de correção ou de alteração do regime da revisão de preços estabelecido no caderno de encargos (ou a sua previsão em caso de omissão), bem como requerer, por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

4.2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões de projeto de execução, se existente, que não se incluam nas alíneas anteriores.

4.3. A lista a apresentar à Entidade Adjudicante deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

- 4.4. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 e seguintes do art.º 378.º do Código dos Contratos Públicos, aplicável nos termos do disposto no art.º 447.º-A do referido código, designadamente o Adjudicatário suportar metade do valor dos serviços complementares de suprimento de erros e omissões.
- 4.5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, sem prejuízo do disposto em 4.10:
- a) A Entidade Adjudicante deve prestar os esclarecimentos solicitados;
  - b) A Entidade Adjudicante (através de decisão do Órgão Competente) pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado, e, quando a isso instada, informa o interessado sobre a fórmula ou fórmulas do regime de revisão de preços a constar das propostas a apresentar, bem como decide quanto à classificação de documentos que constituem a proposta, considerando-se rejeitado tudo o que, até ao final daquele prazo, não seja por ele expressamente aceite.
- 4.6. O Órgão Competente deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
- 4.7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o Órgão Competente pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido em 4.5, ou até ao final do prazo de entrega da proposta, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no art.º 64.º do Código dos Contratos Públicos.
- 4.8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelo interessado devem ser disponibilizados na Plataforma Eletrónica de Contratação e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo o interessado ser imediatamente notificado desse facto.
- 4.9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
- 4.10. Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a 9 dias os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

## 5. PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 5.1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no art.º 4 sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação da proposta deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
- 5.2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas nos no art.º 4, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação da proposta deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de emissões.
- 5.3. A pedido fundamentado da Entidade Convidada o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.
- 5.4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao Órgão Competente e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas ao interessado.

## 6. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 6.1. A proposta a apresentar pela Entidade Convidada deverá ser constituída pelos seguintes documentos, que não devem, em nenhum caso, contrariar o estipulado neste Convite e no Caderno de Encargos (nem conter rasuras ou entrelinhas, salvo se devidamente ressalvadas):
- a) declaração da Entidade Convidada de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente Convite (correspondente ao Anexo I do Código dos Contratos Públicos), assinada por representante da Entidade Convidada;
  - b) uma proposta de preço elaborada em conformidade com o modelo do **Anexo II** ao presente Convite (assinada por representante da Entidade Convidada);
  - c) quaisquer outros documentos que a Entidade Convidada considere indispensáveis, designadamente elementos técnicos que julgue úteis para o completo esclarecimento da sua proposta (assinados por representante da Entidade Convidada);

- d) caso o concorrente indique que recorre a entidades terceiras, identificação do(s) subcontratado(s) e do âmbito da sua intervenção (assinada por representante da Entidade Convidada);
  - e) sendo o caso, documentação para comprovar os poderes do representante da Entidade Convidada, como certidão de registo comercial (ou respetivo código de acesso) e procuração ou ata de deliberação do respetivo órgão de gestão.
- 6.2. As referidas assinaturas por representante da Entidade Convidada devem ser efetuadas através de assinatura eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica nos termos indicados no art.º 9.º deste Convite, nomeadamente no seu 9.3., 9.4. e 9.7..

## **7. VARIANTES, NEGOCIAÇÃO E PREÇO ANORMALMENTE BAIXO**

- 7.1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem proposta condicionada, só podendo a Entidade Convidada apresentar uma única proposta.
- 7.2. A proposta apresentada não é objeto de negociação, sem prejuízo da Entidade Convidada poder ser convidada a melhorar a sua proposta nos termos do n.º 2 do art.º 125.º do Código dos Contratos Públicos.
- 7.3. Não são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

## **8. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA**

- 8.1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

## **9. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DEMAIS DOCUMENTOS**

- 9.1. A proposta deve ser enviada pela Entidade Convidada por forma a ser recebida pela Entidade Adjudicante até às **23:59 horas do dia 14/12/2024**.
- 9.2. A proposta, tal como todas as comunicações e demais documentos deste procedimento de contratação, é apresentada na Plataforma Eletrónica de Contratação, referida no art.º 2.º deste Convite, sendo entregue em formato digital, através de ficheiro/s em formato .pdf (ou compatível) não editável, através de carregamento do/s respetivo/s ficheiro/s.



- 9.3. Os documentos elaborados ou preenchidos pela Entidade Convidada carregados na referida plataforma eletrónica, como a proposta ou os documentos de habilitação, devem, de acordo com o indicado nos números seguintes, sob pena de exclusão da proposta ou caducidade da adjudicação, ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais adquiridos atempadamente junto de entidade credenciada nos termos da **Lei n.º 96/2015**, de 17 de agosto.
- 9.4. Quando o interessado realizar o carregamento, na plataforma eletrónica, de um ficheiro de uma proposta, este deve estar já encriptado e assinado, com recurso a assinatura eletrónica qualificada.
- 9.5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a Entidade Convidada submeter na plataforma um documento indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (como procuração adequada).
- 9.6. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte da Entidade Convidada.
- 9.7. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras (como digitalizações), podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica da Entidade Convidada, atestando a sua conformidade com o documento original.
- 9.8. Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente, processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação (ex. em formato .zip), a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem.
- 9.9. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, bem como todos os atos que, nos termos do Código dos Contratos Públicos, devem ser praticados dentro de um determinado prazo, são sujeitos à aposição de selos temporais emitidos por uma entidade certificadora credenciada para a prestação de serviços de validação cronológica.

## **10. PRAZO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA**

A Entidade Convidada é obrigada a manter a proposta pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados desde a data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

## **11. ANÁLISE DA PROPOSTA**

11.1. A Entidade Adjudicante pode pedir à Entidade Convidada quaisquer esclarecimentos sobre a sua proposta que considere necessários para efeito da análise da mesma.

11.2. Os esclarecimentos prestados pela Entidade Convidada fazem parte integrante da mesma, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão, nos termos do n.º 2 do art.º 72.º e do n.º 1 do art.º 124.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do previsto no n.º 2 do art.º 125.º.

## **12. ADJUDICAÇÃO**

Após a análise da proposta o Órgão Competente aprecia o projeto da decisão de adjudicação e procede à adjudicação da proposta, aceitando a proposta apresentada, salvo se for aplicável o art.º 79.º do Código dos Contratos Públicos.

## **13. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO**

13.1. A decisão de adjudicação é comunicada à Entidade Convidada através da plataforma eletrónica de contratação.

13.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação a Entidade Adjudicante notifica a Entidade Convidada adjudicatária (“Adjudicatária”) para:

- a) apresentar os documentos de habilitação, nos termos indicados no art.º 14.º;
- b) no caso de a Adjudicatária recorrer a subcontratado, apresentação pela Adjudicatária de confirmação subscrita pelo subcontratado dos compromissos por si assumidos relativos a

atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do art.º 93.º do Código dos Contratos Públicos.

#### 14.DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

14.1.A Adjudicatária deve entregar na Plataforma Eletrónica de Contratação, no prazo de **3 (três) dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação, designadamente para comprovar que a Adjudicatária, e eventuais subcontratados, não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos:

- a) declaração elaborada conforme modelo constante do **Anexo III** ao presente convite (correspondente ao Anexo II ao Código dos Contratos Públicos), assinada através de assinatura eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica nos termos indicados no art.º 9.º deste Convite, nomeadamente em 9.3., 9.4., 9.7. e 9.8.;
- b) certificado relativo à regularidade da situação contributiva da Adjudicatária no que se refere à Segurança Social;
- c) certificado relativo à regularidade da situação contributiva da Adjudicatária no que se refere ao pagamento de impostos;
- d) certificado de registo criminal da Adjudicatária;
- e) no caso de pessoas coletivas, certificado de registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções da Adjudicatária;
- f) no caso de pessoas coletivas, certidão de registo comercial da Adjudicatária, caso certidão anteriormente apresentada já não se encontre válida;
- g) no caso de pessoas coletivas, comprovativo do registo e atualização de beneficiário efetivo, nos termos do art.º 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação aplicável, designadamente a decorrente da Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto.

14.2.Caso a Adjudicatária recorra a subcontratado deve também apresentar na plataforma eletrónica de contratação, no mesmo prazo, os seus documentos de habilitação, de acordo com todas as alíneas do número anterior com as devidas adaptações.

14.3. Em alternativa à apresentação da documentação referida a Adjudicatária pode, quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, designadamente no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, fornecer a informação necessária à sua consulta.

14.4. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação da Adjudicatária à Entidade Adjudicante, por um período não superior a cinco dias.

14.5. Os documentos de habilitação devem estar redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

## **15. NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

15.1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, a Adjudicatária não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no art.º 14;
- b) No prazo fixado pela Entidade adjudicante, no caso previsto no n.º 8 do art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

15.2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, a Entidade Adjudicante notifica a Adjudicatária para, em prazo a indicar, no máximo de 5 (cinco) dias, se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

15.3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável à Adjudicatária, a Entidade Adjudicante concede-lhe, em funções das razões invocadas, um prazo adicional de até 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena da caducidade da adjudicação.

## 16. CAUÇÃO

Não é exigida prestação de caução previamente à celebração do contrato de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do Código dos Contratos Públicos.

## 17. CONTRATO

17.1. O contrato não é reduzido a escrito, nem assinado, nos termos previsto no art.º 95.º do Código dos Contratos Públicos, entendendo-se que o contrato resulta da conjugação do Caderno de Encargos com o conteúdo da proposta adjudicada, não se podendo, porém, dar início a qualquer aspeto da sua execução antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, e da confirmação dos compromissos de terceiros.

## 18. DESPESAS

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação da proposta e à celebração do contrato constituem encargo da Entidade Convidada.

## 19. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

19.1. Aplica-se, ainda ao presente procedimento de contratação o disposto, em especial nos art.º 34.º a 106.º, art.º 112.º a 127.º e art.º 465.º e seguintes, no **Código dos Contratos Públicos**, na sua redação aplicável, designadamente a decorrente do Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2023, de 16 de agosto, bem como o restante normativo aplicável, incluindo o **Decreto-Lei n.º 6/2004**, de 6 de janeiro, na sua redação aplicável, designadamente a decorrente do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, que estabelece o regime de revisão de preços, a **Portaria n.º 372/2017**, de 14 de dezembro, que define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos público, e a **Lei n.º 96/2015**, de 17 de agosto, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública.

19.2. Para dirimir todas as questões emergentes do presente procedimento será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

## 20. ANEXOS

Este Convite contém como anexos os indicados no Índice Geral das Peças do Programa do Procedimento de Contratação.

ANEXO I

(indicado em 6.1. a) do Convite)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

1 - ..... [nome, morada], na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ..... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para aquisição de bens móveis de “**Brindes Promocionais do Porto de Setúbal**”, ref.ª **P48/2024 – S 937/2024**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

a) .....

b) .....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... [local], ..... [data], ..... [assinatura<sup>(4)</sup>], *através de assinatura eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica nos termos indicados em 9.3, 9.4 e 9.7 do Convite*].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.



## ANEXO II

(indicado em 6.1. b) do Convite)

### MODELO DE PROPOSTA

..... [indicar: nome/firma e sede], depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento “**Brindes Promocionais do Porto de Setúbal**”, ref.<sup>a</sup> **P48/2024 – S 937/2024**, obriga-se a executar o fornecimento de bens móveis de harmonia com o respetivo Caderno de Encargos pela quantia de ..... € (..... euros) [por algarismos e por extenso, igual ou inferior ao preço base indicado no Caderno de Encargos].

A referida quantia decompõe-se pelos seguintes preços unitários (arredondados a duas casas decimais), considerando as quantidades indicadas no quadro seguinte:

Art.º	Designação	Unid.	Quant.	Preços Unit. (€), a preencher pela Entidade Convidada	Preços Totais (€), a preencher pela Entidade Convidada
1	Bloco de notas A5 com capa rígida de cortiça e linho verde claro refª KLEE – PG57538	Un.	1000	.....	.....
2	Boné com 6 painéis e sandwich em contraste verde escuro, refª CUAUTLA – PG577941	Un.	1000	.....	.....
3	Esferográfica PET Reciclado verde, refª PG59758	Un.	2500	.....	.....
4	Esferográfica Roller de tampa em bambu, refª TAMIROX – PG58641	Un.	2000	.....	.....
5	Jogo Mikado 41 peças, refª PG46210	Un.	500		
6	Pulseira com suporte para telemóvel, refª HARLUX – PG65337	Un.	1000		
7	Lanyard de linha nature fabricado em poliéster RPET verde, refª LORIET – PG61755	Un.	3000		
8	Lápis colorido com borracha, refª ATENEO – PG10515	Un.	2000		
9	Leque em bambu com tecido de papel, refª FANNY PAPER – PG 62451	Un.	500		

10	Marcador com 5 fitas adesivas e 16 folhas, refª MARKER – PG 28994	Un.	2000		
11	Saco Premium de comércio justo, refª CLIFF – PG 60128	Un.	500		
Total					.....

Às quantias mencionadas acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar previsto na legislação portuguesa em vigor, nomeadamente ao **Código dos Contratos Públicos**, designadamente declarando que não se encontra em nenhuma das situações referidas no n.º 2 e seguintes do art.º 9.º da **Lei n.º 52/2019**, de 31 de julho, na sua redação aplicável, designadamente da Lei n.º 26/2024, de 20 de fevereiro (regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

..... [local], ..... [data], ..... [nome e qualidade (ex.: sócio-gerente, administrador, procurador) do representante da Entidade Convidada], ..... [assinatura, através de assinatura eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica nos termos indicados em 9.3, 9.4, 9.7 e 9.8 do Convite]

### ANEXO III

(indicado em 14.1. a) do Convite)

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 – ..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ..... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento “**Brindes Promocionais do Porto de Setúbal**”, ref.ª **P48/2024 – S 937/2024**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ..... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... [local], ..... [data], ..... [assinatura]. através de assinatura eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica nos termos indicados em 9.3, 9.4, 9.7 e 9.8 do Convite]

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.
- (5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

≈